



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE CAARAPÓ

Processo 2026.001.197
Requerimento nº 18 de 18 de
Maio de 2026

REQUERIMENTO

Os Vereadores que a esta subscrevem requerem à Mesa, ouvido o Plenário na forma regimental vigente, para que seja encaminhado expediente à Sra. **MARIA LURDES PORTUGAL**, Prefeita Municipal e ao Sr. **ODIRLEI LUIZ LONGO**, Secretário Municipal de Governo e Administração, requerendo para que prestem esclarecimentos acerca das providências que serão adotadas pelo Poder Executivo diante do reajuste abusivo promovido pela CASSEMS na contribuição dos cônjuges dos servidores públicos. O aumento anunciado, que eleva a mensalidade de aproximadamente R\$ 35,00 para R\$ 450,00 mensais, representa impacto financeiro extremamente grave aos servidores municipais e suas famílias, motivo pelo qual requer sejam informadas as seguintes questões:

1. Quais medidas o Poder Executivo pretende adotar em defesa dos servidores municipais atingidos pelo reajuste;
2. Se houve manifestação oficial da Prefeitura junto à direção da CASSEMS questionando o aumento aplicado;
3. Se o Município estuda oferecer auxílio, compensação ou qualquer forma de suporte aos servidores impactados;
4. Se a Administração Municipal realizou levantamento sobre a quantidade de servidores potencialmente afetados pela medida;
5. Quais providências serão tomadas diante da possibilidade de inúmeros servidores e dependentes deixarem o plano de saúde por incapacidade financeira;
6. Se o Executivo reconhece que a precariedade e a insuficiência da rede pública de saúde tornam ainda mais grave a situação enfrentada pelos servidores municipais.

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento decorre da enorme preocupação e revolta manifestadas pelos servidores públicos municipais diante do reajuste excessivo e desproporcional promovido pela CASSEMS.

O aumento superior a 1.000% na contribuição dos cônjuges impõe uma realidade cruel às famílias dos servidores, que já enfrentam dificuldades financeiras decorrentes do elevado custo de vida, da defasagem salarial e das despesas básicas do cotidiano.

É inaceitável que milhares de famílias sejam colocadas diante da escolha entre comprometer severamente sua renda ou perder o acesso ao plano de saúde.

A situação se torna ainda mais grave diante das conhecidas deficiências enfrentadas pela saúde pública, marcada por longas filas, demora para consultas, exames e procedimentos especializados, além da insuficiência estrutural para atender adequadamente toda a demanda da população.

Caso muitos servidores sejam obrigados a abandonar o plano de saúde em razão do reajuste abusivo, inevitavelmente haverá aumento da pressão sobre o já sobrecarregado sistema público municipal de saúde.

Diante desse cenário alarmante, é dever do Poder Executivo posicionar-se de forma clara, responsável e efetiva em defesa dos servidores públicos municipais, buscando alternativas e medidas concretas para minimizar os impactos causados por esse aumento desumano.

Sala das Sessões, em 18 de Maio de 2026

João Paulo Farias da Silva
Vereador - PP

Edson Montanhere Baratella
Vereador - PT